PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2006

O Estado Português é proprietário do imóvel designado por Jardim da Parada, em Cascais, que se encontra cedido a título precário e gratuito ao município de Cascais e no qual este município construiu o Museu do Mar e pretende agora construir o Museu Paula Rego, em conformidade com a classificação de espaço para equipamento atribuída ao prédio em causa, de acordo com o plano director municipal (PDM) em vigor.

Por seu turno, tendo em vista a construção de importantes infra-estruturas colectivas, o município de Cascais cedeu gratuitamente ao Estado Português, em regime de direito de superfície, um conjunto de 12 terrenos no concelho de Cascais, destinados à construção de instalações para os serviços e forças de segurança pública e ao futuro Hospital de Cascais.

Aquele município disponibilizou, ainda, os terrenos destinados à construção do Palácio da Justiça de Cascais, pelo que urge igualmente formalizar a situação patrimonial deste imóvel.

Ora, a alienação ao município de Cascais do prédio do Estado acima referido permitirá não apenas a sua rentabilização, de harmonia com a classificação atribuída pelo PDM em vigor, como também a sua valorização cultural e salvaguarda, uma vez que, através da utilização já existente e da que se encontra projectada, se possibilitará a fruição colectiva do imóvel, em benefício da população residente no concelho e seus visitantes.

Em contrapartida, a aquisição dos terrenos do município permitirá consolidar na esfera jurídica do Estado Português o direito de propriedade plena sobre os imóveis nos quais se encontram instalados diversos serviços públicos e potenciar a sua rentabilização futura, caso os mesmos venham revelar-se inadequados à utilização actualmente verificada.

O meio idóneo para a realização deste objectivo, que permitirá uma perfeita harmonização dos interesses gerais e públicos locais, consiste na efectivação da permuta dos vários imóveis.

Na sequência do parecer favorável da Direcção-Geral do Património e considerando as necessidades a satisfazer, justifica-se a dispensa do processo de oferta pública, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/83, de 31 de Janeiro.

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 25 547, de 27 de Junho de 1935, em conjugação com o disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 27/79, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 227/85, de 4 de Julho, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Autorizar a permuta, com dispensa de realização da oferta pública, nos termos do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/83, de 31 de Janeiro, do imóvel do Estado, designado por Jardim da Parada, prédio urbano, sito em Cascais, com a área de 19 490 m², freguesia de Cascais, município de Cascais, omissa na matriz predial urbana da referida freguesia, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 12 237, a fl. 149, do livro B-36, avaliado em € 4 050 000.

2 — Autorizar a permuta do imóvel do Estado referido no número anterior pelos seguintes imóveis propriedade do município de Cascais, com o valor global de € 4 956 630:

a) Prédio urbano sito na Avenida de Portugal, Amoreira, freguesia do Estoril, município de Cascais, com a área de 750 m², inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo U-6606, com o valor patrimonial de € 17 807,08, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 03221 e inscrito a favor do município pela inscrição G-1;

b) Prédio urbano sito na Rua de Timor, Parede, freguesia da Parede, município de Cascais, com a área de 400 m², inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 5113, com o valor patrimonial de € 6823,54, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 02581 e inscrito a favor do município pela inscrição G-1;

c) Prédio urbano sito na Avenida de Adelino Amaro da Costa, Pampilheira, freguesia de Cascais, município de Cascais, com a área de 2875 m², inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 12 165, com o valor patrimonial de € 17 151,17, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 08441 e inscrito a favor do município pela inscrição G-1;

d) Prédio urbano sito na Estrada da Abóboda para Polima, Abóboda, freguesia de São Domingos de Rana, município de Cascais, com a área de 1700 m², inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo U-15 109, com o valor patrimonial de € 72 500,27, a desanexar do descrito na Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 06120 e inscrito a favor do município pela inscrição G-3;

e) Prédio urbano sito no Largo do Zambujal, freguesia de São Domingos de Rana, município de Cascais, com a área de 1800 m², omissa na matriz predial urbana da referida, a desanexar do prédio urbano descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 08966 inscrito a favor do município pela inscrição G-1;

f) Parcela de terreno sita no lugar de Cabreiro, freguesia de Alcabideche, município de Cascais, com a área de 1092 m², inscrita na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo provisório P14 823, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 11 315, inscrita a favor do município pela inscrição G-1;

g) Parcela de terreno sita lugar de Cabreiro, freguesia de Alcabideche, município de Cascais, com a área de 1655 m², inscrita na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo P14 824, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 11 316 e inscrita a favor do município pela inscrição G-1;

h) Parcela de terreno sita no lugar do Vale, freguesia de Alcabideche, município de Cascais, com a área de 310 m², inscrita na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo P11 333, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 11 908 e inscrita a favor do município pela inscrição pela G-1;

i) Parcela de terreno sita no lugar de Cabreiro, freguesia de Alcabideche, município de Cascais, com a área de 1014 m², inscrita na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo P14 802, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 11 232 e inscrita a favor do município pela inscrição G-1;

j) Parcela de terreno sita na Rua de Manuel Henrique, lugar de Cabreiro, freguesia de Alcabideche, município de Cascais, com a área de 2400 m², inscrita na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo P14 780, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 07841 e inscrita a favor do município pela inscrição G-5;

l) Parcela de terreno sita na Rua de Manuel Henrique, lugar de Cabreiro, freguesia de Alcabideche, município de Cascais, com a área de 2120 m², inscrita na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo P14 781, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 05566 e inscrita a favor do município pela inscrição G-10;

m) Parcela de terreno sita no lugar de Cabreiro, freguesia de Alcabideche, município de Cascais, com a área de 569,40 m², inscrita na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo P14 790, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 11 231 e inscrita a favor do município pela inscrição G-1;

n) Parcela de terreno sita na freguesia de Cascais, município de Cascais, com a área de 6699,50 m², inscrita na matriz predial urbana da referida freguesia sob os artigos R-1509 e U-9487 com o valor patrimonial de € 1 563 913,96, descrita na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 157 e inscrita a favor do município pela inscrição G-1;

o) Prédio rústico sito na freguesia de Cascais, município de Cascais, com a área de 800 m², inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo U-9420, com o valor patrimonial de € 186 749,94, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 627 e inscrito a favor do município pela inscrição G-1.

3 — Determinar que a presente permuta se realiza por igualdade de valores, prescindindo o município de Cascais da diferença de valores, no montante de € 895 630.

Presidência do Conselho de Ministros, 27 de Julho de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria n.º 1081/2006

de 9 de Outubro

As alterações ao contrato colectivo de trabalho entre a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outra e o Sindicato dos Técnicos de Vendas do Norte e Centro e outro, publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 39, de 22 de Outubro de 2005, abrangem as relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores representados pelas associações que as outorgaram.

As associações subscritoras requereram a extensão das alterações às relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores não representados pelas associações outorgantes que no território nacional se dediquem à mesma actividade.

As alterações actualizam a tabela salarial. O estudo de avaliação do impacte da extensão da tabela salarial teve por base as retribuições efectivas praticadas no sector abrangido pela convenção, apuradas pelos quadros

de pessoal de 2003 e actualizadas com base no aumento percentual médio da tabela salarial das convenções publicadas no ano de 2004. Assim, apurou-se que cerca de 48% dos trabalhadores auferem retribuições inferiores às da convenção, sendo que 25% auferem retribuições inferiores às convencionais em mais de 5%. É nas empresas do escalão até 10 trabalhadores que se encontra o maior número de trabalhadores com retribuições inferiores às da convenção.

A retribuição do nível IV da tabela salarial da convenção é inferior à retribuição mínima mensal garantida em vigor. No entanto, a retribuição mínima mensal garantida pode ser objecto de reduções relacionadas com o trabalhador, de acordo com o artigo 209.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho. Deste modo, a referida retribuição da tabela salarial apenas é objecto de extensão para abranger situações em que a retribuição mínima mensal garantida resultante da redução seja inferior àquela.

Atendendo a que a convenção regula diversas condições de trabalho, procede-se à ressalva genérica de cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

Com vista a aproximar os estatutos laborais dos trabalhadores e as condições de concorrência entre as empresas do sector de actividade abrangido, a extensão assegura para a tabela salarial retroactividade idêntica à da convenção.

Embora a convenção tenha área nacional, a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, pelo que a extensão apenas é aplicável no continente.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 24, de 29 de Junho de 2006, na sequência do qual a FEQUIMETAL — Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás deduziu oposição e que, invocando a existência de outra convenção colectiva no mesmo sector por si celebrada com a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outras, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 25, de 8 de Julho de 2005, pretende a exclusão dos trabalhadores filiados nos sindicatos por si representados do âmbito da presente portaria.

Considerando que, nos termos do artigo 3.º do Código do Trabalho, o presente regulamento não pode abranger as relações de trabalho reguladas por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho negociais, procede-se à exclusão do âmbito da presente extensão os trabalhadores filiados em sindicatos representados pela federação oponente.

A extensão das alterações da convenção tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Assim:

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 575.º do Código do Trabalho, manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações do contrato colectivo de trabalho entre a Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte e outra e o Sindicato dos Técnicos de Vendas do Norte e Centro e outro, publicadas no *Boletim do*